



# Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
**Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos**  
**(Organizadores)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



# Ciências Humanas: Características Práticas, Teóricas e Subjetivas

**Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos**  
**Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos**  
**(Organizadores)**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019

2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Geraldo Alves  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
C569	Ciências humanas [recurso eletrônico] : características práticas, teóricas e subjetivas / Organizadores Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos, Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Ciências humanas: características práticas, teóricas e subjetivas; v. 1)  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-884-7 DOI 10.22533/at.ed.847192312  1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de. II. Thamires Nayara Sousa de. III. Série. CDD 301
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

Ciências Humanas: características práticas, teóricas e subjetivas – Vol. I, coletânea de vinte e oito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, corresponde a obra que discute temáticas que circundam a grande área das Humanidades.

As colaborações aqui congregadas abordam contribuições que dialogam com a vasta área das Humanidades. Assim, sendo, optamos por promover um recorte primeiro a partir de dois grandes eixos: o primeiro é a educação, o segundo é o exercício das práticas religiosas e sua interação sagrado e profano.

Realizada essa observação, propomos aos leitores um exercício de diálogo com os capítulos que compõem a presente obra. Temos, inicialmente, a abordagem sobre a educação na realidade mexicana. De imediato, e sequenciado, a legislação pátria para o tema da educação é recordada, bem como as políticas públicas oportunas. Em movimento sequenciado, há textos que versam sobre administração escolar, metodologias da aprendizagem, processo educativo, aprendizagem por meio de jogos didáticos, práxis docente, desenvolvimento infantil, educação ambiental, educação infantil, a inclusão de crianças indígenas em ambiente escolar não indígena, livro didático, sequência didática, formação humana, saúde e formação acadêmica, formação docente na realidade de sujeitos surdos, estágio supervisionado e o papel da monitoria.

Alcançando o segundo momento, temos a busca pelo diálogo inter-religioso, a devoção e a realidade vivenciada em São Gonçalo do Amarante, além da festa e religiosidade em Maringá.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Thamires Nayara Sousa de Vasconcelos

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
LA OTRA EDUCACIÓN: EDUCAÇÃO E AUTONOMIA NO TERRITÓRIO ZAPATISTA EM CHIAPAS, MÉXICO Aiano Bemfica Mineiro DOI 10.22533/at.ed.8471923121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>14</b>
REFRAÇÃO POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: O INÍCIO DE UMA LONGA DISCUSSÃO Pablo Silva Machado Bispo dos Santos DOI 10.22533/at.ed.8471923122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
CONTRA-REFORMA NO ESTADO: OS DESAFIOS NA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR Ana Paula Oliveira Silva de Fernández Ana Paula Nunes Daniela Elis Dondossola Pedro Henrique Giroto Ribeiro DOI 10.22533/at.ed.8471923123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>30</b>
METODOLOGIAS ATIVAS X METODOLOGIAS TRADICIONAIS: IMPORTÂNCIA NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM Samuel Alves da Silva Beatriz Paiva Rocha Claísa Andréa Freitas Rabelo Ashley Brito Valentim Chrisley de Lima Rocha Mateus Barbosa Tavares Renata Carmo de Assis DOI 10.22533/at.ed.8471923124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>36</b>
MAPEANDO OS FATORES MOTIVACIONAIS QUE INFLUENCIAM NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM: CINCO CATEGORIAS PARA REFLETIR SOBRE O PROCESSO EDUCATIVO Ivana Caldeira Siqueira Rafael Montoito Teixeira DOI 10.22533/at.ed.8471923125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>57</b>
AVALIAÇÃO DA MOTIVAÇÃO PARA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS NO SMARTPHONE PARA O ENSINO DE QUÍMICA NO ENSINO FUNDAMENTAL Janine Heckler da Cunha Fernando Junges DOI 10.22533/at.ed.8471923126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>64</b>
ALIENAÇÃO E A PRÁXIS DOCENTE: ANÁLISES A PARTIR DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL Thayná Costa Marques	

DOI 10.22533/at.ed.8471923127

**CAPÍTULO 8 ..... 69**

DESENVOLVIMENTO INFANTIL, PSICOMOTRICIDADE E ASPECTOS PSICOSSOCIAIS NA ESCOLA:  
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Silvia Helena de Amorim Martins  
Ana Luísa Leite Lima  
Francisca Bertilia Chaves Costa  
Sabrina Serra Matos  
Luiza Valeska de Mesquita Martins  
Ana Maria Fontenelle Catrib

DOI 10.22533/at.ed.8471923128

**CAPÍTULO 9 ..... 77**

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: OFICINA DE REGADORES RECICLÁVEIS COM ALUNOS DA EDUCAÇÃO  
INFANTIL

Karine Kévine da Rocha Sousa  
Cláudia Jane Pinto Gomes  
Robson Rabelo Rangel  
Karyna Régia Teles Alves

DOI 10.22533/at.ed.8471923129

**CAPÍTULO 10 ..... 82**

EXPERIÊNCIA COM ARTE: APRENDIZAGEM DIALÓGICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Andréia Oliveira Ferreira dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.84719231210

**CAPÍTULO 11 ..... 96**

A INSERÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS EM UM CONTEXTO ESCOLAR NÃO INDÍGENA

Clotildes Martins Moraes  
Antonio Dari Ramos  
Maristela Aquino Insfram  
Cajetano Vera  
Obonyo Meireles Guerra

DOI 10.22533/at.ed.84719231211

**CAPÍTULO 12 ..... 107**

UM RETRATO DO INDÍGENA NO LIVRO DIDÁTICO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DA NOÇÃO DE  
'ESTRUTURA DE SENTIMENTO' DE RAYMOND WILLIAMS

Nádia Narcisa de Brito Santos  
Isaíde Bandeira da Silva  
José Petrucio de Farias Júnior

DOI 10.22533/at.ed.84719231212

**CAPÍTULO 13 ..... 120**

SEQUÊNCIA DIDÁTICA SOBRE A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA AS SÉRIES FINAIS DO ENSINO  
FUNDAMENTAL

Simone Vilhalva Dering  
Maikel da Silva Ferreira Luiz  
Antonio Sales

DOI 10.22533/at.ed.84719231213

<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>137</b>
A FORMAÇÃO HUMANA E PROFISSIONAL: UM OLHAR A PARTIR DE FOUCAULT SOBRE AS UNIVERSIDADES CORPORATIVAS DO SÉCULO XXI	
Luiz Alberto Borcsik Carlos Roberto da Silveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231214</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>150</b>
BASES FILOSÓFICAS DAS PSICOLOGIAS HUMANISTAS, FENOMENOLÓGICAS E EXISTENCIALISTAS: A IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DE PSICOTERAPEUTAS INICIANTE	
Milena Pinheiro Duarte Mayara Rocha Coelho Layza Castelo Branco Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>161</b>
FORMAÇÃO ACADÊMICA E SAÚDE MENTAL: PANORAMA DOS DISCENTES DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	
Milena Pinheiro Duarte Layza Castelo Branco Mendes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231216</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>171</b>
O SENTIDO DE VIDA E A EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE DE PACIENTES ONCOLÓGICOS	
Noely Cibeli dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>179</b>
FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: REFLEXÕES INICIAIS	
Claudeth da Silva Lemos Daniele Cariolano da Silva Francisco Tiago Ribeiro Silva Maria Wesla Nogueira da Silva Suziane Cristina da Silva Ferreira Venícius de Sousa Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>185</b>
EDUCAÇÃO BILÍNGUE PARA SURDOS: PERCEPÇÕES E REFLEXÕES DISCENTES	
Claudeth da Silva Lemos Daniele Cariolano da Silva Francisco Tiago Ribeiro Silva Maria Wesla Nogueira da Silva Suziane Cristina da Silva Ferreira Venícius de Sousa Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>190</b>
O ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DO PEDAGOGO	
André Leandro dos Santos Pereira Michelline da Silva Nogueira Maria socorro Lucena Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231220</b>	

<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>199</b>
MONITORIA EM DIDÁTICA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE	
Eliane Rodrigues Martins	
Maria Evilene da Silva	
Geandra Claudia Silva Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231221</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>207</b>
A EXPERIÊNCIA DA MONITORIA COMO ESPAÇO FORMATIVO	
Laíssa Mulato Moreira Lima	
Tânia Maria de Sousa França	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>213</b>
OS MISSIONEIROS: ARTE, PATRIMÔNIO E (RE)CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE REGIONAL	
Rodrigo Miguel de Souza	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>226</b>
O RITO <i>REAHU</i> (FESTA) DO POVO CUJO TERRA NÃO RECEBE SEUS MORTOS; RECINTO DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	
Mary Agnes Njeri Mwangi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>234</b>
O SAGRADO E O PROFANO NA DEVOÇÃO E DANÇA A SÃO GONÇALO DE AMARANTE	
Joana Paula Silva Sousa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>247</b>
FESTA E RELIGIOSIDADE: REFLEXÕES ACERCA DO HALLEL (MARINGÁ-PR, 1995-2018)	
Mariane Rosa Emerenciano da Silva	
Vanda Fortuna Serafim	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>260</b>
A GESTÃO DA UNIDADE DE INFORMAÇÃO PROCESSOS DE OBRA PARTICULARES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO ALENTEJO	
Paulo Batista	
<b>DOI 10.22533/at.ed.84719231227</b>	
<b>SOBRE OS ORGANIZADORES</b> .....	<b>271</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>272</b>

# REFRAÇÃO POLÍTICA, POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL NO BRASIL: O INÍCIO DE UMA LONGA DISCUSSÃO

### **Pablo Silva Machado Bispo dos Santos**

Professor Associado I da Universidade Federal Fluminense. Líder do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas e Instâncias de Socialização – POLIS/UFF. Pesquisador no Nucleo de Estudos em Políticas Publicas e Gestão Educacional (NUGEPPE/UFF).

**RESUMO:** O presente trabalho consiste em um ensaio produzido com o objetivo de discutir as possíveis aplicações do conceito de Refração Política (SANTOS, 2012) à análise da Legislação e da Política Educacional. Para tanto, buscamos aplicar este conceito à análise dos fundamentos do ordenamento jurídico brasileiro (tomado em sua mediação com a Política) no que diz respeito à Legislação Educacional. Assim, procuramos desenvolver um ensaio no qual foram examinados os dois pilares da Legislação Educacional Brasileira: a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional tendo em vista a (difusa) noção de Gestão Democrática presente neste setor do ordenamento jurídico nacional. Ao fim deste ensaio conseguimos deslindar algumas das múltiplas interfaces entre Política e Educação no que se refere a este aspecto crucial da Gestão Educacional (de escolas e sistemas de ensino) no Brasil.

**PALAVRAS-CHAVE:** Legislação Educacional Brasileira – Políticas Públicas – Gestão Democrática – Refração Política.

As relações entre Política e Legislação, bem como entre o Estado, a Legislação e a Política não podem de forma alguma ser reputadas como harmônicas, assim como, sem nenhuma sombra de dúvida, é impossível observar correspondências diretas entre estes três entes basilares dos fenômenos das sociedades contemporâneas. Quando falamos de sociedades complexas e de grande diversidade como a sociedade brasileira isto se torna ainda mais marcado e presente. Em obra anterior, foi proposta a aplicação de uma noção, cunhada por analogia com o fenômeno físico da refração (SANTOS, 2012). A luz, ao passar de um meio para outro, altera sua velocidade e direção, devido à alteração de sua velocidade de propagação. A esse respeito, cabe indicar que não é possível pensar em refração total, e isto se dá por um motivo simples: a refração total de um feixe luminoso diz respeito a uma propriedade diversa da propagação da luz, qual seja a propriedade reflexiva. Assim, um fenômeno de refração total é na realidade um fenômeno de reflexão,

o qual também existe e pode ser utilizado como analogia, mas que diz respeito a outra natureza de ocorrência, diversa da que trataremos no presente artigo<sup>1</sup>.

Levando em consideração a analogia central que é tema deste ensaio, ou seja, a refração. Deste modo, entendemos que, uma ação política, bem como sua materialização no âmbito das políticas públicas, sofre em maior ou menor grau algum tipo de modificação quando passam das propostas documentais à implementação concreta (SANTOS, 2011). Tal analogia tem em vista tipificar os desvios ocorridos entre as propostas legais e as ações desenvolvidas no âmbito da Política, com especial interesse para a Política Educacional. O conceito de refração política não é novo, no entanto. Outros autores como Antonio Segrillo<sup>2</sup> (2005) já o utilizaram anteriormente mas o que pretendemos fazer é uma aplicação de tal conceito a diferentes dimensões da Política, bem como, preocupamo-nos com uma expansão do escopo do mesmo de modo a facilitar o entendimento de fenômenos amplos e abrangentes conectados à mediação Jurídico-Política entre Estado e Sociedade.

De antemão é possível pensar em dois graus de refração política<sup>3</sup>: refração política parcial (quando ocorre um desvio igual em algumas das premissas do documento jurídico-político que dá suporte à ação proposta) e refração políticatotal (quando ocorrem desvios em quase todos os elementos elencados pela letra dos documentos jurídico-políticos em que a ação proposta se faz presente). Igualmente cabe indicar que dentre as maneiras de captar a refração política, uma possui especial validade: a leitura de documentos legais (cotejada com análise de conteúdo e análise retórica) comparada com observações concretas dos contextos em que tais documentos regulam a mediação jurídico-política de seus conteúdos. É com base nesta diretriz que procurei elencar os exemplos e discuti-los em relação ao conceito de Refração Política, tal como apresentado na perspectiva que se segue.

Com vistas a explorar a fecundidade e pertinência deste conceito, procuraremos ao longo deste ensaio, aplicá-lo no âmbito de dois fenômenos: a) A Burocracia no âmbito do Estado; b) A interpretação monolítica da noção de Gestão Democrática. Tais fenômenos são tomados nos casos em que ocorreria refração política total ou parcial de sua matéria constitutiva. Ao final do ensaio, propõe-se um indicador que possa contribuir para delimitar de modo a quantidade de refração política presente em cada matéria jurídico-política.

---

1. A reflexão, conforme é sabido por intermédio da Física óptica elementar, diz respeito a uma propriedade na qual um feixe de luz, ao incidir sobre determinada superfície altera sua trajetória de modo a ter seu vetor invertido

<sup>2</sup> Este autor apresenta uma análise relativa aos processos de democratização/mudança do Estado ocorridas durante os anos de 1980-1990 e que foram concernentes ao fim da antiga União Soviética, seja no âmbito dos partidos, seja no âmbito das estruturas do Estado/Governo deste país. Assim, Segrillo menciona a existência de uma refração política, no sentido de indicar a existência de alterações significativas no que diz respeito às políticas de estado tal como pensadas na esfera governamental e seu processo de implementação mediado pelos órgãos parlamentares Soviético/Russos.

2. Este autor realiza um estudo a respeito da formação dos partidos políticos após o fim da União Soviética e em tal estudo compara o sistema político socialista e o sistema político híbrido que se formava a um corpo cuja visão se distorceria a partir denum fenômeno de refração (referindo-se) à forma política da Rússia dos anos de 1990.

3. Cabe indicar que esta é uma das aproximações iniciais em relação ao conceito, de modo a tentar operar com o mesmo a partir de sua aplicação a eventos e elementos concretos da realidade. Entre estas categoriais de refração política podem ser inseridos inúmeros estados de intensidade.

## 1 | A BUROCRACIA NO ÂMBITO DO ESTADO E A REFRAÇÃO POLÍTICA IMPLICADA NA RACIONALIDADE ADMINISTRATIVA

A refração política, quando expressa em sua forma de refração política total configura uma realidade na qual a burocracia, concebida como alternativa mediada e mediadora ao poder tirânico e opressor do “Estado Hobbesiano<sup>4</sup>”, converte-se em alguns casos em seu contrário: um instrumento de coerção e aviltamento dos direitos civis, instrumento este utilizado de forma arbitrária contra aqueles que deveriam ser protegidos contra os desmandos decorrentes da concentração de poder (tendente ao absoluto) que advém dos detentores de funções de comando no âmbito do Estado.

Este fator se deve à matéria constitutiva do cerne da burocracia (pelo menos quando este termo refere-se à teoria weberiana<sup>5</sup>) consiste na materialização (embutida na materialidade dos documentos) da racionalidade aplicada à administração política, concernente às determinações decisórias ocorridas no âmbito das cúpulas de comando das organizações públicas. Tal matriz racional da burocracia possui relação estreita com os padrões de desenvolvimento da racionalidade (bem como, da valorização cultural de tal racionalidade) do Estado em questão, bem como da valorização cultural da racionalidade, imbricada em sua matriz cultural, especialmente no âmbito dos grupos políticos dominantes no nível da Política Estatal. Em se tratando de países como o Brasil, nos quais os conhecimentos técnico-científicos não encontram ressonância valorativa nos padrões valorativos da cultura nacional (mormente no que se refere aos conhecimentos referentes à política e à sociologia), é possível situar o desenvolvimento da racionalidade organizativa/instrumental<sup>6</sup> em um caminho de dissonância no que diz respeito à lógica prática da racionalidade estatal, eivada pelo patrimonialismo e pelo tradicionalismo inerente a muitas de suas instituições (SANTOS, 2005). Assim, o desenvolvimento da burocracia estatal no Brasil segue muitas vezes caminho diverso do desenvolvimento das racionalidades apontadas por Habermas, na medida em que a lógica de institucionalização do Estado muitas vezes atende a interesses políticos diversos daqueles envolvidos no

4. Na obra “O Leviatã” (2000), Thomas Hobbes discorre sobre os processos de constituição do Estado de Direito

5. Max Weber (1988) define a burocracia como “a jaula de ferro” do homem moderno, a qual conforma as relações de poder existentes nas sociedades. Tal conformação subsistiria com base na legitimação social dos processos decisórios relativos às ações desenvolvidas no âmbito do Estado/Governo. Tal legitimação encontra suporte na dimensão técnica e na dimensão política, sendo sua manifestação perceptível mediante o suporte material de seus conteúdos, presentes estes na documentação concernente à dimensão jurídico-política da burocracia estatal existentes nos órgãos públicos.

6. Jürgen Habermas, em seu livro: “A Ética da Discussão e a Questão da Verdade”(2001) alude a duas instâncias da razão: a racionalidade instrumental, pautada nos processos imbricados na lógica formal e que possui como referência a noção absoluta de “verdade” e a lógica comunicacional, a qual utiliza como fundamento as regras da argumentação embutidas em uma “teoria da comunicação (pautada na relação sempre pressuposta entre emissor e receptor) que utilizaria como parâmetro a noção de “veracidade”, aferida por outro critério, que não o da evidência irrefutável (tal como presente na obra Cartesiana, e que Habermas identifica como sendo o mote da “racionalidade instrumental”), mas sim o do quanto os atores envolvidos em determinado debate/discussão emprestam fidedignidade à assertiva/argumento proposto. Cabe indicar que é possível detectar em diversos documentos legais (como nos artigos 1 e 58 da LDB, por exemplo) exemplos de ambos os tipos de racionalidade explicitados por Habermas.

processo de tornar mais eficientes em nível técnico (e portanto mais conectadas com a lógica prática imbuída de racionalidade comunicacional ou mesmo instrumental).

Deste modo, levando em conta os fatores expostos e tendo em vista o fato de que os padrões de racionalidade influenciam diretamente na forma final expressa na materialidade da burocracia, a refração política aí se apresenta permeada de aporias conceituais e paralogismos, pois a sua matriz intelectualivo/conceitual apresenta-se também despida de uma ordenação em nível de coerência lógica interna. Devido a isto, há no âmbito da transição entre o plano da formulação documental e sua implementação prática uma refração política de segunda ordem, a qual condiciona encaminhamentos circulares de pessoas, recursos e processos, bem como distorce a temporalidade relativa aos trâmites esperados em relação às transferências-trocas entre Estado e Sociedade Civil. Um bom exemplo deste processo está no artigo n. 1238 do Código Civil, o qual dispõe sobre os procedimentos para que seja requerido o usucapião, embasado este na premissa Constitucional que garante a todo brasileiro atividade econômica e moradia. As dificuldades de tramitação e o longo prazo para que tal direito seja requerido (vários anos) acaba por inviabilizar na prática, o provimento deste direito do cidadão, tamanha a distorção temporal operada no âmbito da burocracia. Isso implica no fato de que em boa parte dos casos, o direito a ser exercido e requerido por parte daqueles que seriam objeto deste dispositivo constitucional motivador de política pública vinculada ao preceito do Art. 5 da Carta Magna que dispõe sobre o direito à moradia, malgrado a bela e precisa redação da F/88 e do Art. 1238 do Código Civil, ainda assim permanecem excluídos da materialização desta garantia fundamental quando esta passa para a dimensão concreta.

Outro exemplo, relativo ao setor do Estado concernente à Educação, diz respeito à premissa de que a todo elemento presente no espaço escolar cabe a responsabilidade sobre a administração das escolas (CERVI, 2005). Nesse sentido, ocorre uma refração política parcial pois quando a legislação educacional descreve os mecanismos (participação em Conselhos Escolares, Conselhos de Classe, Comissões de Elaboração do PPP) mas não definem a periodicidade de tais eventos e nem tampouco em que proporção a participação de cada um dos atores presentes na escola pode ocorrer, acaba por inviabilizar tal participação por dois motivos: a) muitos dos atores (especialmente os pais de alunos) não necessariamente estão conscientes dessa possibilidade de atuação (pois não há regulamentação quanto à publicidade de tais processos); b) sem ser estabelecida a dinâmica de formação de tais instâncias deliberativas podem existir (como de fato existem) casos em que a participação se dá meramente pela presença formal de poucos representantes que acabariam por não colaborar de maneira efetiva nos processos decisórios em que são instados à participação. Tal refração política reflete características centralizadoras e autoritárias do Estado Brasileiro, o qual por longos períodos de tempo conviveu com baixa participação política da população nos processos decisórios (SANTOS, 2010).

No que se refere à relação entre a refração política e a burocracia estatal no Brasil, percebe-se que em muitos casos as condicionantes políticas deformam a estrutura legal e sua implementação prática a ponto de fazer com que os trâmites documentais que seriam indícios de uma racionalidade estatal acabem por se tornar veículos de inoperância de trâmites e de desvios da norma prevista em lei (MARTINS, 2005). Este é um dos casos exemplares que ilustram a existência de um fenômeno de refração política no âmbito jurídico-político, adiante procuraremos discutir a refração política tal como percebida em relação à interpretação monolítica da noção de Gestão Democrática da Educação.

## **2 | A REFRAÇÃO POLÍTICA DA NOÇÃO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA APLICADA À EDUCAÇÃO: CONDICIONANTES DE UMA VISÃO MONOLÍTICA**

A Constituição Brasileira de 1988 (CF/1988) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) atual trazem em seu bojo um conceito que orienta (ou ao menos, encontra-se registrada tal intenção) as relações políticas entre Estado e Sociedade, bem como objetiva trazer à participação setores organizados da Sociedade Civil, outrora excluídos das decisões políticas concernentes aos diversos setores do Estado (CURY, 2000, SANTOS, 2011). Este é o conceito de Gestão Democrática, o qual concerne em uma modalidade de regulação governamental no âmbito da educação brasileira e que diz respeito à necessária participação de todos os setores envolvidos na gestão democrática, participação esta definida inclusive como princípio da educação nacional. Ocorre, porém, que há um tipo específico de refração política passível de ser percebido mediante a observação de alguns processos de estruturação de tais relações, os quais apresentam certa perspectiva monolítica de construção destas relações ao invés de contemplarem o caráter dinâmico, vivo e dialético de algo que pretende ser democrático.

A respeito do caráter dialético da noção de Gestão Democrática, tal como apresentada na CF/1988 e na LDB<sup>7</sup>, este diz respeito a uma perspectiva na qual ocorre desde a promulgação da CF/1988, um processo de democratização (implicado na gestão) referir-se à democratização do conteúdo da gestão educacional nos mais diversos âmbitos (a partir da possibilidade de pertencimento dos mais diferentes sujeitos e grupos sociais às estruturas de órgãos decisórios) bem como à democratização da forma (encarnada na possibilidade da existência de órgãos representativos em todas as estruturas e sistemas da educação nacional). Apesar deste processo, cabe dizer que a perspectiva que deveria ser dialética no que se refere à relação entre conteúdo e forma, acaba por apresentar-se monolítica.

O caráter monolítico da Gestão democrática se dá na medida em que a democracia representativa é incorporada como referência e como parâmetro deste conceito sob a

7. Os artigos 12 e 13 da CF/1988 referem-se à Gestão Democrática “na forma da Lei”, sendo tal Lei a LDB, a qual reforçará tal imperativo nos artigos de n. 3, 12, 14 E 15.

forma unívoca dos conselhos enquanto instância decisória paralela ao poder dos entes da política implicados na gestão (como diretores e secretários de educação). Nesse sentido, é correto dizer que ao invés de haver uma relação dialética entre o processo de participação política da sociedade civil nestes órgãos e a necessária democratização das instâncias decisórias, ainda assim as forças existentes no campo da política educacional brasileira promovem uma refração política parcial, na medida em que a forma dos conselhos é preservada, mas o seu conteúdo nem sempre o é, havendo espaço em diversos casos para manipulação dos mesmos, seja pela ausência de divulgação, seja pela subversão da estrutura dos conselhos com vistas a manipular os resultados de suas assembleias (SANTOS, 2011).

Além dos impactos da refração na forma como os conselhos são geridos, há que se destacar o quanto a refração política está implicada também no modelo de democracia. Da mesma forma que a ideia de democracia existente na política brasileira em nível mais amplo condiciona a existência de instâncias colegiadas dos três poderes, a influência da estrutura deste campo de forças políticas (no sentido bourdieuniano do termo<sup>8</sup>) condiciona a existência de estruturas colegiadas correlatas no que se refere à organização da sociedade civil (em sua mediação com o Estado) e que, portanto, dada tal refração política parcial acabam por trazer para seu bojo vícios políticos comuns às instâncias decisórias já mencionadas e presentes de modo prévio na política nacional, como o patrimonialismo e o tradicionalismo.

### 3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste breve ensaio foram discutidas duas manifestações da refração política no âmbito da Política Educacional. Uma exegese mais exaustiva da Constituição, combinada com uma leitura igualmente intensiva e interpretada da LDB e dos demais planos e programas da política educacional nacional seguramente traria mais elementos para que outras ocorrências fossem detectadas e discutidas, porém esse trabalho teve a preocupação de marcar de modo exemplar dois elementos de bastante controvérsia no que diz respeito à Política Educacional.

Partindo do princípio que todo modelo teórico pode (e deve) sofrer alterações de modo a melhor abarcar a compreensão da realidade, tal como postulado por Gaston Bachelard (2004). Tais alterações se dão a partir das sucessivas confrontações entre a instância empírica e a instância ideal/simbólica, e é mediante tal confrontação que ocorre a dupla fertilização do conhecimento (CARDOSO, 1988). Com base nestes pressupostos,

---

8. Para Pierre Bourdieu (2001), o campo é o locus do espaço social no que tange às relações (sempre concorrenciais) de poder e orienta-se de modo análogo aos campos de força da física, nos quais os indivíduos e grupos, através da interação entre a estrutura de forças do campo e suas escolhas pessoais orientam seus movimentos no campo, bem como sua perda e sua aquisição de mais poder a partir da interação com tais coisas. Assim, na mesma medida em que é composto pelos agentes (indivíduos, grupos e/ou estruturas sociais), de modo dialético o campo condiciona a ação dos mesmos.

entendemos que o conceito de refração política que neste trabalho apresenta um caráter genérico e polimorfo poderá sofrer modificações no sentido de ampliar sua precisão e sua abrangência a mais casos particulares do possível (BOURDIEU, 2000) quando estes envolverem a Política Educacional e a Política em sentido lato.

De modo a encetar tais modificações, proponho alguns procedimentos metodológicos auxiliares (alguns foram utilizados em caráter experimental para a composição deste ensaio). Vamos a eles:

- a. Analisar documentos legais e textos referentes a programas, ações e planos da política educacional. Por um lado, no que tange a corpus documentais a serem analisados, é necessário conjugar duas técnicas: 1) análise de conteúdo (com vistas a realizar o levantamento dos argumentos mais comuns e delinear o campo retórico do documento); 2) Análise retórica, com vistas a examinar a composição dos argumentos, bem como as estratégias persuasivas (relativas às proposições políticas) implicados no corpus documental já mencionado.
- b. Cotejar o escopo de documentos analisados com dados referentes ao momento de implementação das ações, planos e programas políticos presentes nos referidos documentos. Para que sejam colhidos tais dados, torna-se necessário a utilização de técnicas diversas de registro das ações políticas, tais como: observações etnográficas, entrevistas, questionários e leitura de periódicos relativos ao tema. Tal comparação tem como objetivo verificar as diferenças entre o texto legal e os registros relativos ao momento em que as propostas de tal texto tornam-se concretas, registrando então se houve refração política, bem como a forma concreta de que esta viria a se revestir.

Para além das contribuições trazidas pela aplicação deste conceito ao entendimento da Política Educacional, cabe indicar que o mesmo necessita de ajustes e modificações. Caberia então, com vistas ao aperfeiçoamento deste constructo, a definição de índices de refração política, baseados (por exemplo) na quantidade de elementos previstos em lei e que são afetados pela refração política. Nesse sentido, um dos elementos que comporiam tal índice seria, sem sombra de dúvida, o que alude à quantidade de argumentos persuasivos utilizada, combinados tais argumentos com a força dos mesmos no condicionamento dos campos políticos.

Ainda sobre o conceito de refração política, torna-se necessário indicar que é a partir do mapeamento das condições do campo político em cada caso de refração que se torna possível inferir a partir de quais condições sociais e políticas no que diz respeito à circulação do poder e à instauração de normas sociais, tais fenômenos de refração política ocorrem nos seus respectivos graus.

Espera-se então que este trabalho tenha trazido subsídios para que, a partir destas notas introdutórias, seja possível o desenvolvimento de análises que levam em conta novos e insuspeitados fatores influenciadores da política educacional no Brasil.

## REFERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. *O Ofício de Sociólogo: preliminares epistemológicas*. Rio de Janeiro, Zahar: 2000.
- \_\_\_\_\_. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo, Perspectivas: 2001.
- BRASIL, *Constituição Federal do Brasil*. Brasília, Congresso Nacional: 1988.
- BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB 9394/96*. Brasília, Senado Federal, 2010, 5ª. Ed.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. *O Mito do Método*. Trabalho apresentado no Seminário de Metodologia Estatística apresentado na PUC-Rui em 1971.
- CERVI, Rejane de Medeiros. *Padrão Estrutural do Sistema de Ensino no Brasil*. Brasília, IBPEX: 1995.
- HABERMAS, Jürgen. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo, Martins Fontes: 2001.
- HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. São Paulo, Martin Claret: 2000.
- MARTINS, Humberto Falcão. *Em busca de uma teoria da burocracia política não estatal: política e administração no terceiro setor*. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado, Número 2, jun-ago, Salvador-BA.
- SANTOS, Pablo Silva Machado Bispo dos. *O Colégio Nova Friburgo da Fundação Getúlio Vargas (1962-1976): mergulhando em sua memória institucional*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio: 2005.
- \_\_\_\_\_, *O Público, o Privado e o Ensino Fluminense; o Caso do Centro Educacional de Niterói (1954-1970)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Rio. Rio de Janeiro, PUC-Rio: 2010.
- \_\_\_\_\_, *Guia Prático da Educação no Brasil: ações, planos, programas e impactos*. São Paulo, CENGAGE Learning: 2011.
- \_\_\_\_\_. Sobre o conceito de refração política: mais uma chave dos segredos das Ciências Humanas. *Revista Espaço Acadêmico*. V. 12, n. 137, jul. 2012. Universidade Estadual de Maringá.
- SEGRILLO, Angelo. *Rússia e Brasil em transformação: uma breve história dos partidos russos e brasileiros em seu processo de redemocratização*. Rio de Janeiro, 7 Letras: 2005.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, UNB: 1988.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Autonomia 1, 2, 4, 5, 6, 7, 11, 46, 49, 50, 52, 55, 60, 68, 79, 82, 83, 84, 93, 94, 102, 126, 135, 168, 169, 189, 204, 205, 209, 211

Avaliação 8, 32, 33, 34, 47, 52, 57, 61, 76, 77, 80, 84, 103, 112, 118, 162, 168, 198, 200, 204, 205, 209, 229, 264, 270

### C

Ciências Humanas 1, 21, 56, 68, 96, 149, 155, 227, 233, 258

### E

Educação 1, 2, 3, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 27, 28, 29, 30, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 101, 102, 105, 106, 107, 109, 111, 113, 118, 120, 123, 124, 126, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 163, 165, 168, 169, 171, 172, 173, 174, 175, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 195, 196, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 234, 271

Educação ambiental 77, 78, 81

Educação bilíngue 179, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 189

Educação Infantil 69, 71, 72, 77, 78, 82, 83, 84, 93, 95, 105, 204

Educação Profissional 64, 67, 141

Ensino Fundamental 57, 60, 69, 71, 72, 96, 98, 99, 120, 121, 122, 129, 135, 136, 192, 204, 271

Estado 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 32, 33, 34, 40, 41, 65, 66, 69, 92, 111, 113, 117, 118, 130, 133, 162, 167, 183, 214, 215, 216, 218, 220, 221, 226, 227, 237, 249, 258, 271

Estágio Supervisionado 77, 78, 190, 191, 192, 193, 197, 198

### F

Formação 8, 15, 17, 28, 29, 39, 40, 55, 59, 64, 71, 75, 76, 77, 78, 81, 83, 84, 94, 95, 101, 109, 110, 116, 117, 122, 124, 130, 135, 137, 138, 139, 140, 143, 146, 150, 151, 153, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 166, 167, 175, 176, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 224, 233, 234, 236, 242, 244, 252, 271

Formação Docente 64, 77, 179, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 191, 198, 199, 202, 207

### I

Identidade Regional 213, 214, 224, 225

Indígena 9, 4, 5, 6, 7, 10, 11, 12, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 241

## J

Jogos 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 99

## L

Legislação 14, 17, 102, 179, 182, 261

Livro Didático 9, 103, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 122

## M

Metodologias 30, 31, 32, 33, 34, 35, 37, 64, 99, 103, 104, 105, 123, 127, 200, 269

Monitoria 31, 32, 34, 35, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212

## P

Políticas Públicas 11, 14, 15, 26, 28, 72, 133, 181, 271

Prática 4, 7, 16, 17, 18, 24, 33, 57, 65, 69, 74, 75, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 94, 101, 102, 121, 125, 126, 127, 130, 135, 139, 142, 143, 144, 150, 152, 155, 156, 158, 163, 165, 182, 183, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 224, 241, 244, 252, 271

Processo ensino-aprendizagem 30, 202

Profano 234, 238, 240, 243, 244, 245, 256, 257, 258

## R

Religião 100, 232, 246, 248, 252, 253, 257, 258, 271

Religiosidade 247, 248, 250, 253, 258

Rito 226, 227, 228, 229, 230, 232, 243, 256

## S

Sagrado 228, 231, 232, 234, 237, 238, 240, 243, 244, 255, 256, 257, 258

Sequência 42, 85, 115, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 129, 130, 131, 136

Subjetividade 75, 152, 154, 155, 168

Surdos 179, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 187, 188, 251

## T

teoria 16, 21, 39, 44, 45, 46, 50, 51, 52, 66, 67, 75, 79, 82, 137, 139, 142, 148, 152, 156, 183, 190, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 200, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 212

Teoria 37, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 57, 135, 158, 271

## U

Universidade 6, 11, 12, 14, 21, 29, 30, 32, 34, 35, 55, 56, 57, 64, 67, 69, 77, 96, 104, 106, 107, 113, 118, 120, 134, 135, 137, 138, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 159, 161, 162, 163, 165, 166, 167, 168, 169, 179, 190, 192, 199, 200, 207, 211, 213, 224, 233, 234, 246, 247, 258, 260, 271

